

Daniel Bensaïd

Marx, o intempestivo – grandezas e misérias de uma aventura crítica.
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
José Corrêa Leite (editor do jornal *Em Tempo*)

Acaba de sair a edição brasileira de *Marx, o intempestivo — grandezas e misérias de uma aventura crítica*, de Daniel Bensaïd. Lançado na França em 1995, este livro é provavelmente a mais importante contribuição para a reorganização do pensamento revolucionário da última década, um ambicioso esforço de releitura da obra de Marx para reposicioná-la frente aos grandes desafios de nossa época.

Líder estudantil do maio de 1968, dirigente da Liga Comunista Revolucionária e da Quarta Internacional, professor de filosofia na Universidade de Paris VII (Saint-Denis), Daniel Bensaïd é autor de mais de 15 livros. Até o final dos anos 80 seus textos eram intervenções sobre a vida política francesa ou reflexões sobre o estatuto da política revolucionária (*La révolution et le pouvoir*, de 1976, *Stratégie et parti*, de 1987), tema que foi se consolidando como o fio condutor da obra de Bensaïd.

Walter Benjamin, sentinelle messianique constitui um ponto de inflexão nesta trajetória. Bensaïd embasa aí a necessidade de ruptura forçada com uma história que caminha para a catástrofe, trajetória contra a qual os seres humanos podem e devem se rebelar. Bensaïd coloca esta visão no centro de sua releitura de Marx,

empreendida em *La discordance des temps* e em *Marx, o intempestivo*.

Bensaïd parte, aqui, de uma premissa: o fundamento do “atual ainda ativo” do pensamento de Marx é sua crítica do capitalismo: “Essa vitalidade é antes de tudo a da universalização e da vitalidade mórbida do próprio capital. Tornando-se efetivamente planetário, ele é mais do que nunca o espírito de nossa época sem espírito e o poder pessoal do reino da mercadoria. Nosso nublado horizonte e nosso triste quinhão. Enquanto o capital continuar dominando as relações sociais, a teoria de Marx permanecerá atual, e sua novidade sempre recomeçada constituirá o reverso e a negação de um fetichismo mercantil universal” (p. 11-12).

O que para aqueles que empreendem uma defesa doutrinária da atualidade do marxismo é a conclusão, para Bensaïd é o ponto de partida. O pensamento de Marx só pode recuperar sua efetividade para orientar a práxis, a luta emancipadora, se desenvolver todas as suas potencialidades críticas — se for um questionamento radical das bases da civilização moderna. Não é surpreendente que Bensaïd reivindique como guias, nesta reestruturação do legado marxista, Benjamin e Gramsci — que se colocaram “contra o culto sonolento do progresso e suas promessas quase sempre

ilusórias”, “aprofundando a crítica messiânica da abstração temporal” e tirando “as conseqüências da indecisão intrínseca do conflito: ‘só se pode prever a luta.’ Daí resulta uma noção de política como estratégia e uma noção do erro como risco inelutável da decisão” (p. 15-16).

O Marx de Bensaïd não é o fundador de um sistema fechado, mas o instaurador de um paradigma de pesquisa coextensivo à modernidade. A pluralidade dos “marxismos” encontra-se em uma tensão produtiva, sem ecletismo, no próprio Marx. “Dividido entre seu fascínio pelo modelo físico da ciência positiva e sua fidelidade à ‘ciência alemã’, entre o canto de sereia do progresso e a recusa dos seus paraísos artificiais, Marx desentende-se por um nada com sua própria sombra e esperneia nas mãos dos próprios espectros. Atravessado por contradições não resolvidas, seu pensamento não se mostra inteiramente homogêneo. Nem por isso é incoerente ou inconsistente. O núcleo do seu programa de pesquisa ainda permite que interroguemos nosso universo dentro da perspectiva de mudar o mundo... Nenhuma doutrina, portanto, mas a teoria de uma prática suscetível de várias leituras. Não de qualquer leitura” (p. 12-13).

Bensaïd mostra como, nos alicerces da crítica da economia política, sustentando-a, encontramos em Marx também uma crítica da razão histórica, da razão sociológica e da positividade científica. Resgatar estas “críticas” é confrontar aqueles que lêem o marxismo como filosofia do progresso, como sociologia das classes ou como ciência da sociedade, diluindo seu caráter de teoria que quer superar o mundo criado pelo mercado generalizado. A força de *Marx, o intempestivo* é a enorme sinergia que resulta da articulação do conjunto destas críti-

cas para a dinamização do pensamento revolucionário nesta virada de século.

O livro é dividido em três partes. A primeira, “Do sagrado ao profano: Marx crítico da razão histórica”, mostra como a obra de Marx dessacraliza a História. Ela é articulada a partir de uma polêmica com Popper, uma confrontação com o “marxismo analítico” e um capítulo de síntese.

Baseando-se nos *Grundrisse*, a concepção de História que emerge é marcada por noções como contratempo e discordância dos tempos, uma representação não linear do tempo humano, perpassado pelo conflito, por avanços e recuos e pelo desenvolvimento desigual. A discordância dos tempos é inerente ao mundo do capital, caracterizado pelo desequilíbrio e instabilidade permanentes, pela assincronia de seus ciclos e pelos efeitos imprevisíveis dessa impossibilidade de se atingir uma consonância das várias esferas.

Ao tempo abstrato dos relógios e do dinheiro, ao tempo vazio do progresso, Bensaïd opõe interrupções e passagens, as discordâncias dos tempos que abrem espaço para rupturas políticas. A conclusão é que “a política passa doravante à frente da história”. O marxismo não permite prever o futuro, como faria um oráculo ou almeja a ciência positivista, mas denuncia as catástrofes que nos aguardam se nada fizermos para mudar o futuro. Esse messianismo profano é fundamental para uma política que pretente romper com a repetição do mesmo e mudar o mundo. Ele introduz na política a estratégia, o trabalho de acumulação das condições para a instauração do novo. Mas estratégia de quem?

A segunda parte de *Marx, o intempestivo*, “A luta e a necessidade: Marx crítico da razão sociológica”, resgata a leitura da teoria marxista das classes empreendida por E. P.

Thompson. Para Bensaïd, “a noção de classe, segundo Marx, não é redutível nem a um atributo de que seriam portadora as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma... Sua abordagem recusa que se veja a classe como uma pessoa ou como um sujeito unificado e consciente, à imagem do sujeito racional da psicologia clássica. Não há classe senão na relação conflitual com outras classes... A realidade dinâmica das classes não cai nunca no domínio inerte da objetividade pura. Sua coesão é irredutível à unidade formal de uma simples coleção de indivíduos” (p. 147-149).

É a partir desta posição que Bensaïd polemiza com o liberalismo de Rawls e, principalmente, com Elster e os defensores do individualismo metodológico — no capítulo “Lutar não é jogar”, em que mostra como a obrigação de lutar impede toda confusão entre a luta de classes e a teoria dos jogos. Analisa também as recomposições permanentes das relações de classe nas diferentes fases do capitalismo e, antes de tudo, aquelas hoje em curso, sustentando a atualidade da teoria marxista do valor-trabalho.

A luta de classes resulta de múltiplas determinações no nível da produção, da circulação, da reprodução e do Estado. Mas a estrutura social não condiciona mecanicamente a representação e o conflito políticos. São as mediações nacionais, dos Estados, partidos e relações internacionais que transformam a luta em uma luta política. O sujeito revolucionário não é, para Bensaïd, imanente à História, mas constituído a partir das manifestações destas contradições intrínsecas a um sistema maquínico, baseado na exploração do trabalho pelo capital. As formas de lutas sociais não podem,

porém, ser multiplicadas indefinidamente — como fazem os pós-modernos. Para além da fragmentação dos interesses e das identidades, que atomiza os indivíduos e constitui a etapa suprema do fetichismo da mercadoria, opera a acumulação de capital, perpetuando as diversas opressões, combinando-as e unificando-as sob seu tacão. O conflito de classes estrutura o conjunto da socialização e determina as outras formas de conflitos; é uma diagonal que perpassa todas as lutas sociais.

Na terceira parte do livro, “A ordem da desordem: Marx crítico da positividade científica”, Bensaïd localiza as tensões que permeiam a compreensão de ciência de Marx — procurando resgatar aquilo que na sua concepção dialética de “ciência alemã” se opõe ao positivismo também presente em seu pensamento e antecipa os debates da teoria das ciências de nosso tempo. Trata-se, pois, de se colocar no centro de uma contradição central do pensamento marxista, desdobrando-a dialeticamente na relação necessária que ela tem com o desenvolvimento posterior das ciências.

Marx foi tocado pela “vontade de fazer ciência”, tão forte no século XIX. Mas, se foi “enfeitiçado pelo canto metálico da ciência inglesa, Marx parece retido pelos laços da ‘ciência alemã’ e os sussuros de uma história onde se juntam as vozes de Leibniz e de Goethe, de Fichte e de Hegel. Esse dilema não superado se mostrará fecundo. Entre o devir ciência da filosofia e o devir política da ciência, entre ciência inglesa e ciência alemã, o pensamento de Marx, em equilíbrio sobre a ponta afiada da crítica, acena para a ‘mecânica orgânica’, para a ‘ciência das bordas’ ou dos ‘preenchimentos’, cujos espectros assombram nossa razão instrumental” (p. 283-284). A ciência dialética de Marx — lidando com a reali-

dade complexa do comportamento do mundo mercantil, irredutível à lógica mecânica das ciências de sua época — antecipou importantes respostas para problemas que só foram assumidos conscientemente pelas ciências com a descoberta da entropia e a formulação da física quântica.

Não se trata de atribuir a Marx qualquer capacidade premonitória, mas de ver como, por sua recusa de se render ao positivismo e ao determinismo, sua obra foi perpassada por uma concepção de ciência capaz de lidar com a abertura intrínseca à história humana ao novo, como a crítica da economia política o conduz a “regiões desconhecidas, onde os comportamentos lógicos afastam-se do modelo clássico” (p.

401). Marx foi capaz de romper com a representação de um espaço homogêneo e de um tempo linear, substituindo a causalidade mecânica por uma sistêmica, com suas leis tendenciais, que impossibilitam uma previsão rigorosa mas nem por isso deixam de apreender o movimento da realidade e a articulação entre necessidade e possibilidade. “Considerando o capital como uma relação social dinâmica em desequilíbrio crônico, Marx entrevê, sem ainda poder decifrá-los, ‘os traços do caos sobre a areia do tempo’” (p. 430), o mesmo problema com que se defrontariam as ciências naturais e que Bensaïd recupera no seu diálogo com a ecologia, no capítulo final de *Marx, o intempestivo*.

Jorge Luís da Silva Grespan

O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1998.

Hector Benoît (Professor do Departamento de Filosofia, da Unicamp.)

O livro de Jorge Grespan, *O negativo do capital*, é uma obra que, pelo seu rigoroso trabalho conceitual e pela sólida bibliografia trabalhada, compara-se aos melhores estudos de Giannotti e R. Fausto, sendo assim uma leitura obrigatória, para todos aqueles que, entre nós, refletem mais seriamente sobre a obra de Marx. Outra qualidade visível, mesmo numa primeira leitura, é aquela referente à elaborada estruturação da obra. Não se trata de uma justaposição de capítulos externamente vinculados, ou de um mero ensaio eventual, mas sim, efetivamente, trata-se da tentativa de demonstrar uma certa interpretação (polêmica) do conceito de cri-

se em Marx. Contra a crise como necessidade absoluta, defendida de maneira esquemática em certas versões do marxismo, o autor procura pensar a crise como necessidade relativa. Para levar adiante este objetivo, todo um sofisticado arsenal metodológico é mobilizado: em primeiro lugar, as categorias da dialética do próprio Marx e, secundariamente, Hegel e Aristóteles. Tentemos, dentro do possível deste espaço, detalhar um pouco o desenvolvimento do livro.

Grespan estuda o conceito de crise em *O Capital* procurando seguir o próprio percurso de *apresentação* das categorias realizado por Marx. Assim, se a crise ge-

ral ou mundial seria o “negativo do capital” e o momento correspondente à máxima expansão do capital e, conseqüentemente, à máxima determinação conceitual do próprio conceito de crise, por outro lado, o conceito de crise pode, no entanto, ser seguido desde etapas anteriores e pode ser descrito nos diversos momentos da reconstituição teórica do modo de produção capitalista que Marx efetivou na sua obra. Nesse sentido, Grespan, procurando seguir diretamente a própria apresentação de *O Capital*, divide a sua obra em quatro capítulos que pretendem corresponder aos principais momentos daquela reconstituição. O primeiro capítulo estuda o prenúncio do conceito de crise na instância da circulação simples, ainda anterior à constituição do capital. Neste momento, a crise se manifesta na oposição venda e compra, enquanto separação dos pólos, autonomia que se revela impossível. O capítulo segundo estuda o mesmo conceito já na esfera da produção imediata de mercadorias. A crise surge aqui na tendência única que conduz a resultados opostos: automensuração e desmedida do capital. O capítulo terceiro avança até a esfera da circulação do capital, mas todavia numa instância não plenamente determinada. Estuda-se aqui a reprodução simples e ampliada, nesta fase a crise se manifesta na desproporcionalidade intersetorial. Finalmente, o quarto capítulo estuda o conceito de crise já levando em conta o processo global da produção capitalista, no qual o capital

aparece como totalidade. Somente então concorrência e lucro passam a atuar na complexidade do sistema, são estudados então os elementos fundamentais da crise: a queda tendencial da taxa de lucro e a sobreacumulação periódica. Como se vê, o autor segue na sua própria apresentação, em certo sentido, a própria apresentação dos três livros de *O Capital*. Esta evidente fidelidade à apresentação de Marx não impede, no entanto, que Grespan avance conclusões que nem sempre coincidem plenamente com o próprio Marx.

Grespan procura demonstrar através do livro, como observamos inicialmente, que as diversas “leis ou tendências” descritas por Marx (por exemplo, a queda da taxa de lucro), ainda que apontem no sentido da crise geral do modo de produção capitalista, obedecem apenas a uma “necessidade relativa”, existindo apenas potencialmente (aqui emprestando os conceitos potência-ato de Aristóteles¹). Como escreve ele: “O uso do termo *lei de tendência* por Marx pode levar justamente à conclusão errônea de que a tendência se impõe ferreamente por ser ‘lei’, como uma necessidade ‘absoluta’, que exclui a possibilidade de que se realize o oposto dela — no caso, a constância ou elevação da taxa de lucro” (p. 222). Para Grespan, e esta é a tese principal de seu livro, as leis descritas por Marx são designadas, assim, por “tendências”, precisamente porque não obedeceriam a uma necessidade absoluta e sim apenas relativa, isto é, sempre uma contratendência oposta mostra-

1. Um Aristóteles, diga-se de passagem, hegeliano e, conseqüentemente, procliano ou platonizado. Como já observei antes (*Crítica Marxista*, nº 3, p. 22-23, nota 27), ler a dialética de Marx à luz da racionalidade não-contraditória de Aristóteles apresenta certos problemas. Na realidade, toda uma tradição que vai do neoplatonismo a Schelling e Hegel (na Alemanha) e Ravaisson (na França), que se estende à Escola de Frankfurt, transporta à metafísica aristotélica um dinamismo dialético que lhe é absolutamente estranho (cf. , entre outros, Pierre Aubenque, “Hegel et Aristote”, in: *Hegel et la pensée grecque*, PUF, Paris, p. 106-8)

se como também possível impedindo qualquer previsão definitiva, mesmo a longo prazo, de uma crise geral e última do sistema capitalista.

No entanto, não afirmou Marx exatamente o caráter “férreo” das leis ou tendências que descreveu? Como se sabe, no prefácio da 1ª edição de *O Capital*, Marx disse exatamente que descrevia leis e tendências “que atuam e se impõem com necessidade férrea (*eherner Notwendigkeit*)”.² E esta não foi uma afirmação rápida ou ligeira apenas cabível num prefácio. Basta lembrarmos o item sete do capítulo XXIV de *O Capital* intitulado, precisamente, a “tendência histórica da acumulação capitalista”, onde Marx anuncia a negação da negação como sendo a tendência histórica da produção capitalista: “a produção capitalista produz, com a necessidade de um processo natural (*mit der Notwendigkeit eines Naturprozesses*) sua própria negação. É a negação da negação”³. E aqui de maneira inequívoca, a “negação da negação” significava a manifestação da contradição da luta de classes, a “expropriação dos expropriadores” e assim a revolução comunista como fim da crise geral do modo de produção capitalista. Não por acaso, Marx termina este capítulo XXIV de *O Capital* recordando o *Manifesto Comunista* e justamente um trecho no qual reafirma o caráter *inevitável* da derrocada do sistema capitalista: “O progresso da indústria cujo portador (*Träger*) involuntário é a burguesia, coloca no lugar do isolamento dos tra-

balhadores, pela concorrência, sua união revolucionária, pela associação (...) Ela [a burguesia] produz, pois, antes de mais nada, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (*unvermeidlich*)...”⁴.

No entanto, se para Grespan a queda da taxa de lucro e todas as leis, aparecendo como tendências não-férreas, obedecem a uma necessidade apenas relativa, evidentemente, o próprio conceito de crise, como um todo, mostrar-se-á, na análise final, relativizado. A desvalorização e a valorização do capital aparecem sempre como tendências ou necessidades relativas opostas, não existindo uma plena determinação ou demonstração convincente que anuncie um fim. A superação ou *Aufhebung* (negação da negação) aparece como eternamente adiável e as “contradições” descritas na dita “subjetividade do capital”, no capital-“sujeito”, parecem mostrar-se muito mais como oposições que são mera *contrariedade* (como observou, aliás, Giannotti, em recente resenha deste livro). Os pólos opostos, mas separados no tempo, subsistem e se completam no interior de um mesmo gênero (bem como a potência e o ato aristotélicos), sem constituir uma relação de antítese ou, se quisermos, de luta (de classes). A luta de classes, por sinal, jamais aparece na análise “imane” de Grespan. Isto seria, talvez, romper o pacífico percurso do capital-“sujeito”, que percorre as suas oposições, da potência ao ato, sem o inoportuno acidente ou, se quiserem, *symbebekós* externo à análise

2. *O Capital*, prefácio da 1ª ed., MEW, p. 12; Abril, p. 12.

3. *Ibid.*, MEW, p. 791; Abril, p. 294.

4. *Ibidem*.

econômica. Seja como for, na preocupação de preservar a imanência do capital-“sujeito”, o tempo que prevalece na análise de Grespan é um tempo conceitual que parece haver superado ou abstraído todos os seus substratos históricos. Mas este é um pressuposto plenamente consciente em Grespan, como observa corretamente Marcos Müller no seu prefácio: “A desvinculação dos instrumentos conceituais mais agudos da Crítica da Economia Política da Filosofia da História e da utopia normativa, que permeia, indiscutivelmente, as análises e sustenta as convicções políticas de Marx, é um dos aspectos mais instigantes desse estudo (...)”⁵. As categorias econômicas de Marx, devolvidas à sua plena imanência, libertas do seu caráter histórico-programático, se movimentam então por si mesmas e a “subjetividade” do capital é revelada na plenitude de sua flexibilidade fetichizada. No entanto, nesse mesmo movimento, nada mais parece ser capaz de opor-se de maneira absoluta ao fetichismo do capital “sujeito”. Se Grespan, dessa maneira, escapa das crenças nas fáceis escatologias de certos marxismos, até que ponto podemos acreditar que a sua própria conclusão — a certeza de que o capitalismo pode se preservar infinitamente — não é ela própria um tributo pago às contratendências que reproduzem a mística do capital-“sujeito”?

Como escreve Grespan: “Não há movimento em direção a um fim preestabelecido, pois nenhuma tendência pode prevalecer sobre contratendências” (p. 268). E acrescenta, não escondendo agora, já na

sua conclusão, o afastamento *relativo* de Marx: “Embora Marx tenha tentado demonstrá-lo [o movimento em direção ao fim], a própria forma como ele articulou os conceitos-chave aqui impede que tal demonstração seja cabal e indiscutível”. No mesmo sentido, em outra passagem, escreve ele: “O que se descobre, afinal, é que a articulação dos conceitos da teoria de Marx resulta na indeterminação quanto à forma do movimento do capital” (p. 272). Como se vê, para Grespan, Marx tentou (ao menos algumas vezes) mas não conseguiu demonstrar a necessidade absoluta da derrocada do capital-“sujeito”. É como se o próprio Marx fosse conduzido para resultados inesperados, e embora às vezes atribua “a suas soluções a aparência de uma necessidade absoluta”, Marx articularia os seus conceitos demonstrando justamente a impossibilidade e “a principal objeção a qualquer determinismo econômico” (p. 274). Nesse preciso sentido, é como se o próprio Marx, de certa maneira, não pudesse se impor à “potência do fetichismo”, título do item que encerra o livro de Grespan. Aqui o autor analisa, finalmente, como a crise pode atuar desvelando aos agentes econômicos o fetichismo do capital. No entanto, mais uma vez, tudo o que acontecer “será a realização de uma necessidade imanente ao capital; (...) o capital é igualmente o processo de criação e destruição da totalidade de relações sociais, é o movimento de possibilidades opostas cuja contradição igualmente se soluciona e repõe, é o ‘sujeito’ que ao refletir sobre si, igualmente se institui e se dissolve” (p. 283).

5. Prefácio, p. 18.

César Benjamin e outros

A opção brasileira, Rio de Janeiro, Contraponto, 1998

Leovegildo P. Leal (Professor de Teoria da Comunicação da FCH/Fumec — Belo Horizonte).

Mesmo que seja metodologicamente recomendável a concessão de um certo nível de autonomia ao exercício do pensamento em geral, o pensamento político requer categoricamente a identificação dos espaços históricos e conjunturais dos quais emerge. Entendendo-se elementarmente política como conjunto de práticas referentes ao poder, e visto este como capacidade de uma classe social impor seus interesses sobre outra classe, é preciso partir da situação concreta e das heranças históricas de determinada classe social para situar as reflexões e propostas políticas formuladas em torno de seus interesses — hipotéticos ou reais. Tomando-se como marco fundador da história recente o desencadeamento de um processo praticamente ininterrupto de desenvolvimento capitalista que perdurou do último pós-guerra até o final dos anos 70, impõe-se a constatação de haver sido o proletariado privado no período, e isto em nível mundial, do aprofundamento, avanço e atualização do pensamento político que, enquanto arma teórica, o instrumentalizasse no dia-a-dia das lutas de classes e no seu projeto histórico de libertação. Estamos falando do marxismo. Não que não se desenvolvessem esforços individuais e mesmo estruturados em organizações políticas militantes na linha do resgate e do avanço do marxismo, mas estes desgraçadamente permaneceram — e permanecem — como idéias dominadas no interior mesmo do proletariado, de seu movimento e de suas organizações.

Com o advento do neoliberalismo — não mais que uma estratégia econômico-

política estruturalmente imposta ao capitalismo por uma crise de reprodutibilidade que lhe corrói as entranhas —, o proletariado é atingido por uma onda de desemprego, de dimensões inusitadas para toda uma geração de trabalhadores, que o imobiliza, desorganiza e o faz descreer de sua força libertadora e de seu papel de sujeito. Ao contrário da última grande crise aberta do capital, a de 1929, e por efeito mesmo da estratégia neoliberal agora adotada, segmentos do grande capital auferem lucros cada vez mais fantásticos, mascarando assim a natureza sistêmica da crise e ocultando a dinâmica que inevitavelmente a conduzirá a uma crise generalizada de realização, quando, aí sim, atingidos os detentores do capital, a própria dominação — econômica, política e ideológica — poderá ser posta em xeque.

Mas não é ainda esta última a situação que vivemos hoje. O quadro é de desorganização e da ausência de uma herança teórico-política recente que possa instrumentalizar a luta do proletariado no caminho de sua libertação revolucionária. E é neste quadro, como expressão deste quadro, que surge o texto *A opção brasileira*, que se apresenta como “um projeto alternativo de desenvolvimento”. Na sua origem, um amplo debate convocado por “uma” (assim mesmo, indefinida) Consulta Popular para debater, em dezembro de 1997 em Itaici (SP) a situação nacional. Ao final das discussões de que participaram 300 delegados — “pessoas da cidade e do campo, religiosos e leigos, filiados e

não filiados a partidos políticos”, informa a apresentação do livro —, a Coordenação da Consulta (algum tipo de organização política, presume-se, já que tem uma coordenação) delegou a tarefa de elaborar o documento a um corpo de 11 redatores, com texto final do escritor e editor César Benjamin.

De lado a pretensão, apresentada como nova e exclusiva, de construir uma rede de militância de “qualidade nova, solidária com o povo e dotada de uma visão de conjunto dos problemas e das potencialidades do país”, o que tem de novo a propor *A opção brasileira?* Nada. Apenas o velho projeto nacional desenvolvimentista, retemperado com algumas pitadas do culturalismo em moda, no qual o socialismo é remetido para um futuro incerto e não sabido, e ainda necessariamente precedido de uma etapa de desenvolvimento capitalista. Ou não é velho lamentar que “(...) a volúpia globalizante impõe um tratamento grosseiro (?) às empresas que não operam com o horizonte da competitividade internacional?” (p. 34). De fato, é novo chamar o proletariado de “mundo do trabalho”, como faz o texto logo a seguir, mas decididamente não é novo o uso repetido de conceitos como “nação”, “povo”, “país”, “sociedade brasileira”, “cidadania”, “economia nacional”, todos eles articulados enquanto agentes do hipotético processo de desenvolvimento em que acreditam e que pregam os autores. Estamos diante, na verdade, de categorias políticas que historicamente estruturaram, para ficar no Brasil, a retórica e a prática do reformismo tradicional pecebilista, do varguismo e do trabalhismo — descartado, evidentemente, o uso demagógico a que se prestam esses termos. Tais categorias não são apenas trastes impres-

táveis na luta do proletariado; são isso também. Mas são principal e fundamentalmente substitutivas dos verdadeiros conceitos cuja posse é que poderá dotar o proletariado de consciência libertadora e revolucionária: classe, lutas de classes, socialismo revolucionário e tantos quantos remetam para a incompatibilidade entre o proletariado e a burguesia, seja esta estrangeira ou nacional. Mas o texto prefere conder-se com “as empresas nacionais que não têm capacidade de endividamento no exterior”, submetidas, por isso, a “imenso grau de incerteza”. (p. 43) Mas, para sustentar a lógica do desenvolvimentismo, os autores não hesitam em criticar o governo FHC e as “elites” por haverem “pela primeira vez na história contemporânea” se descomprometido “explicitamente com a continuidade do processo industrializador — e com a própria idéia de desenvolvimento —, que cimentou o acordo político e social básico do Brasil neste século e conferiu relativa *estabilidade* a uma sociedade tão desigual.” (p. 59-60, grifo meu.) É isto, então, o que querem os desenvolvimentistas? Estabilizar a exploração?

Ora, a se julgar pela história e não pela especulação, o desenvolvimento capitalista conduz à miséria, o que é verificável a olho nu se tomarmos o sistema como ele realmente é — e há muito mais tempo do que supõem os autores, que falam da década de 80 deste século —, ou seja: mundializado. Ou globalizado, se assim o preferirem. A idéia de um mercado interno de massas nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, é uma contradição em seus próprios termos. Se se fala em mercado, já não se está falando de massas. Mas os autores, que defendem aquele socialismo no futuro incerto, não medem palavras na defesa do mercado, não só do

de massas, mas do mercado em geral, enquanto princípio. A estrutura econômica seguiria este modelo: “Parte da economia deve ser socializada — sob a forma de propriedade estatal ou pública não estatal (?) — e parte deve ser mantida sob controle privado, de modo que a sociedade combine dois grandes mecanismos de alocação de recursos.” (p. 172) Nota: a parte a ser socializada não deve ser “significativa”, ressalva o texto anteriormente, na mesma página. O mercado, como todos sabem, é hoje mundial. Será que *nosso*s bravos empresários se sacrificariam a margens inferiores de lucro, no Brasil de *A Opção*, em vez aplicarem seus capitais a uma taxa de retorno mundial necessariamente superior, já que fixada em tais patamares pelo grande capital? Não prefeririam eles se associar ao grande capital, como, aliás, já se encontram associados indelevelmente? A lógica do capital nacional é, mais que nunca, a lógica do grande capital internacional, ao contrário do que pensam os autores (p. 152). Perde, pois, qualquer sentido afirmar, após defender uma aliança estratégica com o capital nacional, que “são os trabalhadores que podem tirar o Brasil da crise.” (p. 153) Os trabalhadores só tiram o Brasil da crise se romperem com o capital, se instalarem o socialismo.

Supunha-se superada a alternativa desenvolvimentista, até mesmo enquanto problema. Toda uma discussão desenvolvida, a partir de Marx, nos anos 1960, contestou de forma substancial e irrefutável as credências cepalinas de que os países subdesenvolvidos poderiam, via industrialização nos marcos do capitalismo, isto é, da propriedade privada, percorrer a mesma trajetória trilhada pelos países do centro. A fórmula de Gunder

Frank “desenvolvimento do subdesenvolvimento” sintetizou todo um arrazoado, que entre nós, brasileiros, teve em Ruy Mauro Marini seu ponto mais agudo, que demonstrava vigorosamente que o desenvolvimento do centro era função do subdesenvolvimento da periferia — e vice-versa. Desenvolvimento no centro e subdesenvolvimento na periferia são, pois, complementares, não contraditórios. Os autores de *A Opção* desprezaram olímpicamente todo este acervo, amplamente conhecido. E preferem sintetizar sua proposta em cinco compromissos absolutamente desprovidos de conteúdo classista, socialista portanto: compromisso com a soberania, com a solidariedade, com o desenvolvimento, com a sustentabilidade e com a democracia ampliada (em que falam vagamente num sistema político de “bases plurais” e na “dignidade da função pública”) (p. 150-151).

E para que nenhum ornamento faltasse à arquitetura de seu projeto nacional-desenvolvimentista, etapista e de conciliação de classes por definição, *A Opção* expressa a convicção de que “As forças armadas recusarão o papel de gendarme que as elites lhes reservam. Cedo ou tarde, serão levadas a se posicionar ao lado do povo e da nação, como já o fizeram em outros momentos. Não lhes cabe alterar o sistema político e comandar o país, seja em que direção for. Mas serão convocadas por nós a participar ativamente do novo projeto, nos limites de suas atribuições, definidas por lei.” (p. 154) Ora, a se supor, como pretendem os autores, que por povo e nação devemos, inclusive, entender as massas trabalhadoras, a hipótese de se contar com o apoio das Forças Armadas brasileiras em qualquer projeto que privilegie os interesses destas massas é, no mínimo, ingênuo. E

absolutamente desautorizado pelas lições que a nossa História, remota ou mais recente, fartamente nos fornece. Todos os movimentos, todos, da história do Brasil, desde a Independência, são marcados pelo longo traço da transformação conservadora, entendendo-se por isso a exclusão dos interesses das massas trabalhadoras nas composições e recomposições de poder determinadas pelas modificações na base produtiva ou nas relações de produção. E todas as vezes em que o proletariado ousou botar a cabeça de fora, seja nos levantes do século passado, seja nos embates mais abertamente classistas deste século, teve esta cabeça literalmente decepada pelo sabre empunhado pelo braço armado das classes exploradoras: suas Forças Armadas. Seja na tradição da formação positivista, implementada pela chamada Missão Francesa na primeira iniciativa de estruturação técnico-ideológica do Exército brasileiro, seja na mais recente orientação norte-americana, visceral e ferozmente antiproletária, as Forças Ar-

madadas do Brasil jamais expressaram — guardadas as realmente honrosas exceções individuais ou de grupos localizados — qualquer compromisso com o proletariado. Muí-tíssimo pelo contrário. E, a se julgar pela experiência histórica e pelos dados concretos da realidade, jamais expressarão tal compromisso enquanto corpo coeso, ou seja enquanto Forças Armadas institucionalmente estruturadas. Nem cedo nem tarde.

Fechando o texto, já que tão pouco se falou em socialismo, os autores expõem uma declaração de fé: “Se nos perguntarem se o projeto que esboçamos é de natureza socialista, responderemos que sim”, asseguram (p. 176.).

Pelo texto publicado, no entanto, o projeto *A opção brasileira* é nacional-desenvolvimentista. Portanto, de natureza capitalista. Mesmo que seus autores sejam socialistas.

Armando Boito Jr.

Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã Editora, 1999.

Fernando Ponte (professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina).

Tornou-se comum a crítica ao neoliberalismo, inclusive originada do meio acadêmico brasileiro. Mas nem sempre foi assim. Da defesa um tanto moderada à defesa convencida, foi comum a consideração de que, após 1989, a única possibilidade real era a política neoliberal; melhor ainda na versão pós-Collor, com FHC, que arregimentou, para participar de sua ges-

tão, pessoas originadas inclusive de campo da esquerda, a partilhar com outras da direita golpista, a política neoliberal dos anos 1990 no Brasil. São paradoxos que às vezes surpreendem.

O mérito do livro de Armando Boito Jr. é, entre outros, expor as contradições da aplicação da política neoliberal ao longo da década de 1990, indo além da crítica

que já se tornou comum, propondo dois outros aspectos de um mesmo processo. Primeiro, é possível que, tendencialmente falando, tal política não tenha se esgotado, o estrago ainda pode ser bem maior, dependendo do rearranjo de forças. Segundo, há uma relação de cumplicidade, justamente por parte da liderança majoritária dos que mais têm se prejudicado com a política neoliberal, os trabalhadores.

Incomum, na literatura crítica à política neoliberal, mas presente no livro, é a questão: *o que fazer diante da ofensiva neoliberal?* O autor apresenta então suas posições políticas, complementares a análise sobre o neoliberalismo e o movimento sindical.

Redigido como tese de livre-docência, entre 1997 e abril de 1998, e defendida em dezembro de 1998 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, o texto apresenta-se claro também ao leitor não especialista, com destacada fundamentação teórica, demonstração empírica e indiscutível atualidade, sendo inclusive suas tendências mais gerais confirmadas pelo autor na Introdução, redigida mais recentemente. Em suma, o livro apresenta o estudo das características da política neoliberal no Brasil, as relações dessa política com as diferentes frações da classe dominante, como tal política afeta as classes trabalhadoras urbanas e quais as posições que o movimento sindical tem assumido diante do neoliberalismo.

Evidente que esse largo espaço de conteúdo é construído com questões polêmicas que merecem destaque, para o que é preciso antes compreender como é estruturado seu percurso.

I

No exame da política neoliberal, Boito Jr. expõe as bases e os desdobramentos ide-

ológicos e práticos — especialmente a democracia como prescindível — de tal política. É a enorme distância entre os princípios e a sua realização, como não correspondentes, no que consiste sua incoerência frente ao autoritarismo, ao monopólio, ao imperialismo e ao tratamento dado aos trabalhadores. Longe da liberdade mas apegado ao Estado, o neoliberalismo é a iniciativa de refuncionalizar conservadoramente o sistema capitalista.

Por isso mesmo a política neoliberal não produz efeitos idênticos em todos os países ou regiões. A globalização, como sua expressão mistificadora, parece esconder a seletividade capitalista no trato das desigualdades pela reafirmação das ações imperialistas. Ou seja, como diz o autor, o capital financeiro subordina as economias latino-americanas, promovendo desindustrialização, desnacionalização e concentração, na forma e na medida adequada em cada lugar e com a participação, não necessariamente sem conflitos residuais, de frações das burguesias locais ou nacionais. Tal força parece impor ao Brasil uma “tendência à regressão agromercantil”.

Neste aspecto, uma primeira questão importante já se apresenta. No Brasil, nenhuma fração da burguesia passou para o campo da oposição à política neoliberal, embora, o autor defenda que apesar disso, as diferenças nacionais e de fração não desapareceram. Tal argumento sustenta então a seguinte indagação: é possível uma frente do movimento operário e popular com a burguesia industrial nacional?

A resposta da burguesia industrial do Brasil tem sido atacar os direitos dos trabalhadores e apropriar-se das empresas estatais. Entretanto, como, segundo o autor, ainda é vasto o campo para o avanço da desregulamentação imposta principalmen-

te pelo imperialismo norte-americano, o horizonte é um novo colonialismo ainda não completado, pois é possível que surjam novos elementos de análise de outros posicionamentos das frações de classe.

II

Pela exaustiva documentação examinada por Boito Jr., tudo indica que a política neoliberal elege os trabalhadores para exercitarem os malefícios de uma doença crônica: ter uma política social antitrabalhador e dizer, com a ajuda de tortuosas análises acadêmicas, que faz o contrário. Ao mesmo tempo que propagandeia a queda da inflação como boa para os pobres, destrói seus efeitos positivos pela própria política econômica que reduz empregos e salários e reconcentra a renda. E, em nome da modernização ou da desburocratização, terceiriza o que resta de assistência social cooptando ONGs como linha auxiliar das políticas neoliberais, esvaziando os espaços de mediação política das funções de organizar a luta operária e popular.

É o prato cheio para explorar as desigualdades ou clivagens no campo das classes dominadas. E as políticas de desemprego e redução de salário são disfarçadas no falso argumento da não empregabilidade do trabalhador, dado a sua desatualização frente a modernização tecnológica. O progresso técnico é usado para esconder as medidas de política econômica que explicam a queda do emprego, além dos decretos e portarias que destituem direitos trabalhistas.

Tal política vai ao encontro da desregulamentação praticada neste âmbito pelos capitalistas. O que foi conseguido na Constituição de 1988 é destruído com a precarização das relações de trabalho.

Para Boito Jr., tal ofensiva neoliberal não deixa de ser destrutiva de um antigo padrão de desenvolvimento latino-americano que, apesar do imperialismo, possibilitou contemplar limitadamente interesses das classes populares. Foi o caso do Estado populista no Brasil, que usou de uma certa margem de manobra.

Os conflitos de tal percurso aos dias atuais, o autor analisa como próprios da ofensiva da burguesia imperialista que tem no neoliberalismo “a via para contrariar, graças à supressão de direitos dos trabalhadores e ao retrocesso no capitalismo periférico, a tendência decrescente da taxa de lucro.” (p. 116)

Outros aspectos da política mundial são lembrados pelo autor, que juntamente com a debilidade das burguesias industriais nacionais latino-americanas, favorece o avanço dessa nova fase. Finalmente, encurralada pelo imperialismo e pelo avanço da esquerda nos anos 80, a burguesia local opta por Collor como atitude anti-Lula. Ou seja, prefere reconhecer-se na sua identidade burguesa periférica e dependente. A eleição de Fernando Collor levou a plataforma neoliberal ao poder, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para isolar a esquerda como força minoritária. Trata-se, portanto, na proposição do autor, de uma conjuntura onde articulam-se aspectos internacionais à história brasileira. Mas tal desfecho não existiria sem a intervenção política, não se trata, portanto, de um economicismo. Assim como foi importante a posição da burguesia local, não menos importante é a intervenção política que marca o sindicalismo brasileiro.

III

O exaustivo exame que Boito Jr. apresenta sobre o sindicalismo brasileiro con-

duz a alguns questionamentos pertinentes à lógica da pesquisa já delineada na primeira metade do livro. O quadro geral, em síntese, apresenta-se como: da opção preferencial à opção única ao neoliberalismo, da Força Sindical, e o mundo pouco civilizado dos acordos como dinâmica propositiva da CUT.

Não se pode concluir, pelo que foi analisado, que a CUT também tenha aderido ao neoliberalismo. Esta central, inclusive através de sua corrente majoritária, a Articulação Sindical, assumiu posições contrárias à política neoliberal. Mas, sua linha atual, de sindicalismo propositivo, expõe as contradições próprias de uma central sindical que transitou, de forma inacabada, do sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação. Este percurso Boito Jr. acompanha, privilegiando na análise a cúpula da CUT e, secundariamente, a da Força Sindical, como expressões mais significativas do movimento sindical atual.

No caso da CUT, inicialmente suas bandeiras principais eram o não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e contra a privatização das estatais. Sua orientação mais abrangente sustentava-se na visão segundo a qual a sociedade estava dividida por um conflito básico: num lado, encontravam-se os trabalhadores, assalariados ou não, e do outro, os banqueiros, latifundiários e grandes empresários. Em diversos momentos históricos, como o da intervenção na Assembléia Nacional Constituinte, a ação sindical parecia não se esgotar na luta de defesa salarial. E, segundo Boito Jr., a chave para o crescimento da CUT,

foi justamente um programa adequado à conjuntura. Ou seja, em que pese seu programa não corporativista, não colocava o socialismo na ordem do dia, por considerar que a transição socialista não se apresentava no Brasil na década de 1980.

Entretanto, a mudança da conjuntura com o avanço do neoliberalismo mundial, se mais uma vez, para a CUT, não colocou na agenda a transição socialista, justificou seu recuo. Ou seja, a *linha defensiva* de um sindicalismo propositivo é implantada pela Articulação Sindical. É a participação da Central nos fóruns tripartites (empresários, sindicalistas e representantes governamentais), para a apresentação de propostas para temas específicos e realistas, isto é, encampáveis pelos participantes dos fóruns. Uma nova crença, embora bem antiga, toma a direção da CUT, a de ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo.

Tal estratégia, no balanço apresentado pelo autor, vai desestimular e desvalorizar a mobilização e a luta de massas. Conseqüentemente, acentua-se o corporativismo setorial e o desinteresse pela defesa dos direitos sociais. É a vez da proposta do contrato coletivo de trabalho, de expurgar da Constituição as garantias trabalhistas para a livre negociação, da implantação do banco de horas, enfim, de uma terceira via: “nem o dirigismo estatal, nem o liberalismo absoluto”. A conflitualidade não mais é situada como do mundo do trabalho. Para a CUT, na análise de Boito Jr., agora o que se coloca é a diferença entre sociedade civil e governo, esvaziando o conteúdo classista da sociedade. E a relação política no âmbito da sociedade civil é de busca do acordo. Embora, como mostram os fatos expostos

pelo autor, os acordos, dessa inaugurada civilidade não são cumpridos pelos capitalistas, inclusive pelos capitalistas industriais brasileiros, que poderiam alimentar uma determinada aliança antineoliberal. Na hora decisiva, o discurso antidesindustrialização e antidesemprego dessa burguesia, é, na prática, creditar na conta dos trabalhadores o ônus social da política neoliberal.

Se a CUT, apesar da intervenção da esquerda no seu interior, tem se definido assim nessa conjuntura, é dispensável resumir aqui a análise que Boito Jr. faz do papel ideológico de conciliação de classes da política sindical da Força Sindical.

IV

É até possível que, segundo Boito Jr., tendencialmente a hegemonia neoliberal não tenha vida longa. As crises políticas recentes no Brasil e em outros países da América Latina são sintomas que merecem ser considerados. Entretanto, seus efeitos regressivos ainda se fazem presentes e ainda influenciam sobremaneira uma situação desfavorável às forças trabalhadoras e populares. E não é possível desconsiderar arranjos econômicos e ideológicos neoliberais como aspectos de um processo de constituição de uma nova ideologia burguesa no Brasil, que diz superar mas utiliza-se do populismo ao mesmo tempo que diz dispensar o Estado quando o fortalece na mediação e alavancagem dos interesses burgueses. É possível que a esquerda, amargando os impactos ideológicos do neoliberalismo sobre as classes populares, não tenha formulado uma análise e uma intervenção política à altura.

Considerando-se essa premissa e, embora pensando agora estritamente nas organi-

zações sindicais, Boito Jr. organiza uma série de considerações históricas para a compreensão das mudanças nesse campo. E, mais do que uma crítica localizada em algum fator isolado, propõe que, no Brasil, o refluxo é mais amplo, não é só das lutas sindicais, mas da luta antiimperialista.

Se existem forças antiimperialistas, estas não se somaram ao movimento sindical na resistência à ofensiva neoliberal. Tal ofensiva é apresentada nessa conjuntura como o fato mais importante explicativo da moderação sindical característica da CUT de hoje. Sem deixar de valorizar as particularidades nacionais, tal ofensiva é internacional. E Boito Jr. percorre tais pegadas no interior mesmo do sindicalismo, principalmente da CUT, mostrando como os laços com a Igreja Católica Romana e com a social-democracia europeia são também fatores políticos que vinculados aos fatores econômicos, ajudam a explicar como o neoliberalismo tardio no Brasil vai contar com o sindicalismo moderado tardio.

Acentua-se, com isso, que frente a essa nova ideologia política burguesa no Brasil, é fora de lugar a proposta de simplesmente tentar voltar ao sindicalismo dos anos de criação e combatividade da CUT. Inclusive porque a reunificação burguesa em torno da plataforma neoliberal somou com as expressões burguesas que apoiaram os trabalhadores e os movimentos populares no processo constituinte de 1986-1988, garantindo, então, alguns direitos constitucionais, assim como a crítica ao sindicalismo de luta de classes, valorização da cultura negociata e de atenuação de conflitos industriais não barraram a desregulamentação das relações de trabalho, o aumento do desemprego e a queda do poder aquisitivo das trabalhadoras.

V

Esse quadro caracteriza um cenário no qual o movimento operário está na defensiva e, sendo assim, a revolução socialista, como estratégia ofensiva, também estaria fora de lugar. Sem as massas populares empreendendo ações independentes, ampliando a crise do bloco no poder, que parece também não se apresentar, a situação revolucionária não está definida.

Sendo assim, segundo Boito Jr., trata-se ainda de um período de resistência e de reforma, de reverter a política econômica e social vigente, daí sua plataforma ser para a constituição de uma frente antiliberal. Seus interesses unificadores seriam “reverter o processo de desregulamentação”, “reimplantar a proteção ao setor produtivo nacional”, e “suspender o pagamento da dívida externa”.

Nestes termos, a chave da proposição de Boito Jr. é de que a “frente política pode conviver com o acirramento da luta econômica contra os empregadores”(p. 236). Quer dizer, com independência de classe, os trabalhadores e o sindicalismo poderiam apoiar-se em setores derivados dos conflitos burgueses, porém alertas para não tomar o caminho de volta ao passado, do industrialismo concentrador e dependente do período populista. Seria a âncora da hegemonia dos trabalhadores como, teoricamente, constitutiva de qualquer frente política. Um governo de frente antiliberal criaria, então, condições políticas novas, quando, somente com a evolução da conjuntura, o programa, antiliberal seria substituído por um outro de “superação do capitalismo dependente” (p. 237).

VI

Poder-se-ia criticar Boito Jr. por uma certa ingenuidade metodológica e políti-

ca ao mesmo tempo. A primeira, pelo fato de parecer reificar o conceito de neoliberalismo, como se, caso vencido, superadas estariam as mazelas mais terríveis do capitalismo, a razão de ser do próprio neoliberalismo. Tal análise alimentaria um certo etapismo.

A segunda, pelo fato de procurar refúgio no *nacional*, num outro bloco no poder, antineoliberal, mesmo sem ser anticapitalista, dada a impotência dos trabalhadores para apresentarem nesse momento um projeto para além do capital. Tal crítica seria superficial, pois Boito Jr. não desvincula neoliberalismo de capitalismo assim como não põe a mão no fogo pela burguesia brasileira. Procura reconhecer entretanto as contradições presentes nessa complexidade, o que significa reconhecer o exercício da política em todas as frações de classes, inclusive na desigualdade que dificulta a unificação dos trabalhadores.

Daí, se por um lado é patente e dispensa retoques sua crítica à resignação ideológica do sindicalismo moderado, por outro lado seu campo de observação exige um alargamento de análise e diálogo — no campo anticapitalista — com os estudiosos da revolução permanente pois os mesmos, se na prática pouco avançaram nesse projeto, por outro lado não conciliaram com as políticas neoliberais e sindicais que Boito Jr. combate. Afastadas as falsas questões, na intervenção política, tais perspectivas nesse momento tão crucial exigem um tratamento não sectário — outra qualidade que se distingue na abordagem de Boito Jr. — mesmo porque as conjunturas mudam.

Na crítica à leitura de uma realidade estática, seu livro é um convite ao debate franco como condição à organização de um projeto tão antineoliberal como anticapitalista.

Florence Carboni e Mário Maestri

Mi son talian, grassì a Dio! Globalização, nacionalidade, identidade étnica e irredentismo lingüístico na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, Passo Fundo, Núcleo de Estudos Histórico-Lingüísticos da Universidade de Passo Fundo, 1999.

Pedro Paulo A. Funari (Prof. do Departamento de História, da Unicamp).

A Universidade de Passo Fundo inaugura sua série de publicações do Núcleo de Estudos Histórico-Lingüísticos com um volume dedicado a questões altamente relevantes na atualidade: identidade, nacionalidade e globalização. O livro resulta da compilação de cinco artigos em torno desses temas, publicados ou inéditos, e que constituem uma unidade temática. Inicia-se com um estudo sobre a questão nacional, étnica e social na História do Brasil (p. 7-16), destacando-se que os regionalismos prevaleceram até a difusão, a partir da década de 1950, da indústria cultural que criou condições para a gênese efetiva do Brasil como Estado-nação, ainda que o português tenha sempre sido fator de unidade nacional e condição para a conquista da cidadania. O racismo científico foi superado ainda na década de 1930, pela defesa da necessária integração, embora diferenciada, das três raças fundadoras da brasilidade — européia, nativa e africana. A partir das últimas décadas, os movimentos indianista e negro dissolveram a ficção de uma brasilidade homogênea. Um modelo normativo de cultura homogênea, já tão criticado nas ciências sociais, não resiste à realidade multifacetada.

O segundo capítulo (p. 17-24) trata do separatismo no contexto internacional da dissolução do chamado Bloco Socialista, com o aprofundamento de espaços supranacio-

nais, como a União Européia, e, por outro lado, com o crescente apelo das micronacionalidades, como no caso da desintegração da Iugoslávia. Os autores voltam-se, no capítulo seguinte, para o separatismo no Rio Grande do Sul (p. 25-36), questão que se espalha pelos outros dois capítulos, formando o cerne do volume. Distinguem-se o separatismo do século XIX, tratando-se da secessão farroupilha, entre 1835 e 1845, patrocinado pelas elites pastoris sulinas, e o neo-separatismo de nossos dias. Assim como na Europa a União Européia tem servido ao regionalismo, em nosso caso, o Mercosul pode, também, fortalecer tendências centrífugas. Brasília, no imaginário de elites locais interessadas no poder regional, identifica-se com uma Roma imperial, devassa, improdutiva, perdulária, à maneira da Roma atual, nas imagens dos camisas verdes da *Lega Nord*. A Padânia idealizada pelas elites reacionárias do norte da Itália serve de modelo para um Estado independente no Sul do Brasil. Como em outros casos, inventa-se uma tradição, neste caso o mito da “democracia pastoril”, segundo a qual a sociedade gaúcha, baseada na criação, não teria conhecido contradições de classe, à diferença de outras regiões do Brasil.

Esta ideologia parte da noção que há ilhas de primeiro mundo que poderiam, se fossem independentes, livrar-se do atraso do Brasil. Sem o peso-morto, haveria micro-

Estados bem sucedidos. Note-se que estas propostas não diferem muito daquelas explicitadas por regiões industrializadas e ricas, no interior da própria Europa, que também propugnam o estabelecimento de Estados homogêneos, com uma só língua e etnia. Naturalmente, lá como cá, não é à toa que parte da população, os trabalhadores, em particular, não estejam bem incluídos nessa imagem de homogeneidade. Na Europa, os trabalhadores podem falar outra língua, ter outros costumes religiosos, culinários, entre outros, enquanto no Brasil, além desses fatores, há, ainda, as diferenças raciais (índios, negros e pessoas de origem mesclada) a opor os separatistas, de um lado, à massa. No caso do Rio Grande do Sul, os autores ressaltam que bolsões semi-homogêneos de imigrantes não-lusitanos, em particular populações de origem alemã e italiana, podem servir de caldo de cultivo de ideologias exclusivistas.

O capítulo seguinte está dedicado à questão nacional e à região colonial italiana no Rio Grande do Sul (p. 37-60). Remonta-se à origem da imigração italiana, no século XIX, destacando-se que os italianos que aqui chegaram eram, sobretudo, dialetófonos. Na medida em que os chamados dialetos italianos não são mutuamente inteligíveis, sendo verdadeiras línguas da península itálica, o italiano, como língua franca apenas iniciava, naquela época, a tarefa de formar um povo italiano que falasse uma só língua. Lembre-se que até a difusão dos meios de comunicação de massa, primeiro o rádio e, depois, o cinema e a televisão, associados à expansão da escolaridade na língua italiana, o italiano era falado por uma minoria da população. Não há dúvida, pois, que a mai-

oria dos imigrantes não falava o italiano. Na comemoração do cinquentenário da imigração, em 1925, durante o Fascismo, as autoridades italianas constatavam que os descendentes de italianos “salvo poucas exceções, sentem-se e desejam ser brasileiros” (p. 45). No entanto, verificam os autores, nas últimas décadas, com a baixa auto-estima nacional do brasileiro e com o milagre italiano, o sonho do passaporte cor de vinho tem alimentado o sonho de muitos que querem *far l'Italia*, como seus antepassados haviam feito a América. O ativismo nacionalista italiano no sul desenvolve-se na esteira do preconceito dominante contra aqueles que têm alguma origem africana, indígena ou mestiça.

O último capítulo trata do irredentismo lingüístico no Rio Grande do Sul (p. 61-70), procurando mostrar como se inventa, atualmente, uma língua vêneta que seria falada no sul. Inventada, pois, como já se disse, os dialetos, mesmo em uma região como o Vêneto, variavam de local a local. Em seguida, porque os italianos que vieram para o Brasil falavam diversos dialetos e, hoje em dia, quase que exclusivamente falam o português, poucos falam o italiano, aprendido, e pouquíssimos os dialetos.¹ Buscam criar um idioma próprio, o *talian*, elemento de discriminação e de exclusão social, aliado ao separatismo de regiões do norte da Itália, hoje, que também procuram livrar-se do peso-morto do sul do país, de Roma e... de outras partes do próprio norte! Identidade homogênea, levada ao paroxismo, que serve aos interesses de alguns que baseiam seu poder na divisão dos subalternos e na criação de inimigos, os “outros”.

1. Cf. S. C. O. Muniz, Núcleo Pedrinhas, História e Imagem, *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, organizado por P. P. A. Funari, Campinas, IFCH-Unicamp, 1998, 221-250.

A publicação deste pequeno volume demonstra o interesse, crescente em nosso país, mas ainda pouco explorado pelo pensamento crítico brasileiro, pelas questões da identidade nacional e étnica.² O esforço dos autores concentrou-se em demonstrar como mecanismos de exclusão social têm atuado utilizando-se de ideologias exclusivistas, racistas e francamente preconceituosas. Há muitos anos, estudiosos têm demonstrado que o modelo normativo de cultura, que a concebe como homogênea, serve para discriminar,

maiorias ou minorias.³ No caso brasileiro, há que considerar, ainda, o caráter patriarcal de nossas relações sociais, pois a invenção de tradições, por parte de intelectuais ligados a grupos exclusivistas, apenas pode ter algum êxito por meio dos mecanismos ubíquos de compadrio.⁴ Talvez a mensagem maior deste opúsculo seja que, mais que *talian*, nativo, africano ou alemão, almejamos ser cidadãos, antes que homogêneos, somos heterogêneos e companheiros, antes que compadres e cúmplices.

2. Cf. P. P. A. Funari, *Archaeological Theory in Brazil: Ethnicity and Politics at Stake*, *Historical Archaeology in Latin America*, 1996, 12 de fevereiro, p. 1-13.

3. Sobre o modelo normativo de cultura e sua crítica, veja-se, de publicação recente, Siân Jones, *The archaeology of ethnicity: Constructing identities in the past and present*, Londres, Routledge, 1997.

4. Sobre isto, com bibliografia anterior, consulte-se P. P. A. Funari, *Cidadania e compadrio: relações de poder e atividade acadêmica em questão*, em *Cultura e cidadania*, organizado por C. DeNipoti e G. Arruda, Londrina, Anpuh-PR, 1996, 11-24.